

1 **Secretaria de Estado da Família e** Desenvolvimento Social  
2 **Secretaria Executiva dos Conselhos**  
3 **Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n – 5º Andar Bloco 'C'**  
4 **Palácio das Araucárias**  
5 **CEP 80530-915**  
6 **Curitiba - Paraná**  
7



9 **CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**  
10 **ATA DA ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA CEDCA/PR – 22/05/2013**

11  
12 Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de 2013, às 14:31 horas em primeira convocação,  
13 no auditório do 7º andar da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS,  
14 Palácio das Araucárias, situada à rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº – Centro Cívico, em  
15 Curitiba – PR, realizou-se a **Assembleia Extraordinária do Conselho Estadual dos Direitos**  
16 **da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR**, para a qual os Conselheiros foram previamente  
17 convocados, objetivando discutir o **Superávit do FIA**. O evento teve a sua abertura realizada  
18 pela **Presidente do CEDCA, Conselheira Márcia Tavares dos Santos (SESP)** e essa  
19 convocou os membros do Colegiado presentes, para efetuarem a sua auto apresentação, a  
20 saber:- • **Conselheiros** Marli Mussulini (SETS), Jocélia (Casa Civil), Luciano (Secretaria de  
21 Cultura), Alessandra (SETU), Ana Cláudia (SETI), José Carlos Aliaga (SEPL), Lia Burigo  
22 (SEED), Graça Lima (SESA), Márcia (SESP), Janaína (Lar Dona Vera), Ana Paula (Hospital  
23 Pequeno Príncipe), Lucas (adolescente observador), Renann (Guarda Mirim de Foz do Iguaçu),  
24 Alexandra (Inst. Leonardo Murialdo), Ires (Dorcas Toledo), Nadir ( Inst. São José), Débora  
25 (ABEC – Marista), Regina (SEJU), Marcela (SEDS), totalizando 18 Conselheiros. • **Listagem**  
26 **contendo assinaturas.** • **Sociedade Civil:-** Débora Cristina dos Reis Costa (ABEC), Janaína  
27 Fátima de Souza Rodrigues (Associação Caminho da Vida – Lar Dona Vera), Édina Maria Silva  
28 de Paula (Associação dos Magistrados e Promotores de Justiça da Infância, Juventude e Família  
29 do Paraná), Ana Paula Baena (Associação Hospitalar de Proteção à Infância – Dr. Raul  
30 Carneiro)m Ires Damian Scuzziatto (Centro Comunitário e Social Dorcas da Comunidade  
31 Luterana), Alexandra Alves José (EPESMEL), Renann Ferreira (Guarda Mirim de Foz do  
32 Iguaçu), Nadir Aparecida da Silva Fatin (Instituto São José). • **Governamentais:-** Jocélia  
33 Soares Fernandes (Casa Civil), Ana Cláudia Miguel Ferigotti (SETI), Marli Aparecida Mussulini  
34 (SETS), Luciano Kampf (SEEC), Marcela Evangelista (SEDS), Lia Burigo (SEED), Regina Bley  
35 (SEJU), Maria da Graça Lima (SESA), Márcia Tavares dos Santos (SESP), José Carlos Aliaga  
36 (SEPL), Alessandra G. R. P. Xavier (SETU). • Lucas Vinícius Oliveira Souza (Adolescente  
37 observador). Foram apresentadas as justificativas das Conselheiras **Jacqueline Ribas**  
38 (Secretaria de Esporte – em viagem), as duas representações da entidade Associação  
39 Fraternidade e Aliança (**Mônica e Miliane**) de Foz do Iguaçu – em evento, e da representação  
40 da OAB, **Dra. Ana Christina** que se encontra em período de correção de provas (PUC/PR).  
41 Atenta às colocações, a **Conselheira Nadir** protestou, apontando que não se deve mais tolerar  
42 as constantes ausências da entidade Fraternidade e Aliança, de Foz do Iguaçu. O assunto foi  
43 submetido à votação, sendo **acatada** a justificativa da Conselheira Jacqueline e desaprovadas  
44 por unanimidade as justificativas das Conselheiras **Mônica e Miliane**. Considerou-se

45 importante as presenças dos representantes da OAB e Ministério Público. • **Superávit FIA:**  
46 **Marcela Evangelista (Grupo Financeiro/SEDS).** Qualificando as informações, a Conselheira  
47 **Vice-Presidente Janaína** solicitou esclarecimentos sobre as condições de se ter transmissões  
48 online das plenárias. Expressou a sua preocupação, uma vez que ainda não se tem um Plano de  
49 Comunicação e assim a sua proposta é que essa diretriz seja repensada, até que se tenha o  
50 Plano efetivado. Considerou ser possível trabalhar com as transmissões online, independente  
51 do Plano. Na sequência, esteve presente no plenário a Coordenadora do Grupo Administrativo  
52 Setorial da SEDS, **Maristela Chudzy**, presente para prestar esclarecimentos aos Conselheiros.  
53 Na sua fala, expôs que a Secretaria tem recebido constantes solicitações, sobre possíveis  
54 melhorias a serem realizadas na sala utilizada pelos Conselhos Estaduais e Coordenações.  
55 Apresentando um croquis na tela, a Coordenadora relatou que as necessidades apresentadas  
56 envolvem **iluminação, sonorização, nova fiação, cadeiras mais confortáveis e em maior**  
57 **número, transmissão das Assembleias online, sistema de vídeo, entre outras.** Foi  
58 esclarecido também que as despesas decorrentes seriam saldadas, com recursos também do  
59 CEAS/PR, (R\$100.000,00)SEDS em contrapartida, além do próprio CEDCA (seriam 2 projetos).  
60 • **Total dos valores:-** segundo **Maristela Chudzy**, até 1º de agosto os trâmites da licitação  
61 estariam finalizados sendo possível concluir os trabalhos até o final do ano. Uma vez que os  
62 recursos do superávit são oriundos de 2012, foi questionado pela **Conselheira Janaína**, qual  
63 seria o prazo final para a sua utilização. A **Conselheira Marcela** esclareceu que a Deliberação  
64 estará valendo até que se diga que não valerá mais! Aquilo que é do FIA, precisa ser  
65 esclarecido o seu destino e aplicação. A lógica do Conselho seriam os equipamentos. O  
66 CEAS/PR já aprovou a sua parceria em parcela de R\$ 100.000,00. Alguns Conselheiros  
67 manifestaram a sua preocupação em garantir que os materiais adquiridos com recursos do FIA,  
68 acompanhassem o Conselho em futuras mudanças de Secretaria. Esse ponto foi considerado  
69 pacífico da parte da Conselheira Presidente Márcia. A Coordenadora do GAS/SEDS, **Maristela**  
70 **Chudzy** esclareceu que determinados benefícios, tais como painel, cortinas e outros será  
71 impossível transferir para outro local, caso o Conselho venha a mudar, porém o que se  
72 considera material móvel (mesas, cadeiras, sonorização, etc) não se terá empecilhos. A  
73 **Conselheira Graça Lima** (SESA) insistiu pontuando que os Conselhos necessitam de um  
74 espaço mais adequado, portanto quanto antes for tomada uma decisão, os trâmites deverão ser  
75 mais céleres. Sabe-se que tais procedimentos no Serviço Público demoram pelo menos 1 ano!  
76 Tais melhorias irão beneficiar não só os Conselhos. • **Em votação: 1) Equipamentos para a**  
77 **sala de situação dos Conselhos (R\$ 300.000,00) – aprovado por unanimidade. 2)**  
78 **Aquisição e implantação de estrutura de videoconferência para o Sistema Educativo (5**  
79 **milhões de reais) – aprovado por unanimidade.** • Solicitação de recursos R\$ 2.800.000,00  
80 para construção de Unidades em Pato Branco – Guarapuava e Apucarana. De imediato, a  
81 **Conselheira Débora** desejou saber detalhes sobre o Plano Estadual e a demanda para  
82 construir CENSES nesses 3 municípios. Foi esclarecido pela **Conselheira Édina** que  
83 somaram-se 3 reuniões, com a participação da OAB, Ministério Público e SINASE, abordando  
84 esse assunto. Lembrou a **Conselheira Ires**, que o CEDCA não iria mais colaborar com  
85 recursos do FIA, pois CENSES devem ser construídos com recursos do Tesouro. Diante das  
86 posições apresentadas, solicitou-se a presença nessa Assembleia da técnica **Cláudia Foltran**,  
87 Coordenadora das Medidas Socioeducativas da SEDS, com objetivo de prestar esclarecimentos.

88 Enquanto isso, o engenheiro **Carlos Alberto C. Tourinho (SEDS)** pontuou algumas  
89 informações técnicas sobre essas construções de CENSES, detalhando os ajustes já realizados  
90 (apresentação de power-point), que somados revelam 99% de reformas finalizadas. O momento  
91 seguinte trouxe ao Conselho a presença da **Dra. Cláudia Foltran** (Medidas Socioeducativas da  
92 SEDS), que a todos cumprimentou iniciando o seu relato esclarecedor. Em relação ao Plano  
93 Estadual do Sistema Socioeducativo, constituiu-se um Comitê para essa organização,  
94 concentrando efetivos esforços para elaborar essa ação de atendimento. Esclareceu que até  
95 2010 havia a Secretaria da Criança que conjugava todas as ações referentes à Política da  
96 Infância, não tendo interface com outras Secretarias de Estado. Hoje, no momento em que a  
97 Política foi desvinculada de uma Secretaria específica, estando pois dentro de uma Pasta de  
98 Política e não de Direitos, buscam-se parcerias com outras Secretarias de Estado que já  
99 possuem ações voltadas para a infância, porém não sistematizadas. É necessário que se  
100 proponham coisas exequíveis em prazos também exequíveis, fazendo um alinhamento de todas  
101 essas ações. Quando o **Engenheiro Tourinho** aqui vem trazendo a questão das reformas e  
102 mais uma vez solicita-se o apoio desse Conselho no que se refere ao Fundo da Infância, não  
103 seria para a construção mas para a complementação de valores de construção. **Dra. Cláudia**  
104 **Foltran** solicitou que os Conselheiros relembassem:- quando apresentou-se o Plano de Ação e  
105 apareceu essa proposta, foi feita com base na própria Lei do SINASE que autoriza e até  
106 provoca os Conselhos de Direitos, seja em âmbito municipal ou estadual, a fazer um  
107 financiamento de algumas ações para o Sistema Socioeducativo, por tanto nada ilegítimo no  
108 pedido apresentado. Na presente situação, vale lembrar que essas ações estão previstas no  
109 Plano Estadual de Atendimento; a unidade do **Município de Pato Branco** desenvolve um  
110 trabalho excepcional pela estrutura física que apresenta pois não possui condições adequadas  
111 para realizar todas as atividades planejadas. A **técnica Cláudia Foltran** ainda ressaltou que o  
112 CEDCA não seria o único financiador os projetos serão também apresentados à Secretaria de  
113 Direitos Humanos do Governo Federal, buscando apoio. O CEDCA já deve ter conhecimento  
114 que os projetos de casas de semiliberdade do Paraná receberam louvores, sedo também  
115 referenciados para todos os demais Estados brasileiros. Já a demanda de **Guarapuava** é uma  
116 questão antiga e por questões que fogem à alçada, não se conseguiu o apoio do município. No  
117 momento atual porém unem-se o Ministério Público, o Poder Judiciário e o próprio município,  
118 todos apoiando a construção de um CENSE para 60 adolescentes. A **Dra. Cláudia Foltran**  
119 realçou que hoje o SINASE não defende mais a construção de unidades grandes e o caso de  
120 **Apucarana** trata-se de uma complementação, estando numa região complicada sob o ponto de  
121 vista da criminalidade contra adolescentes. Deixou evidente que o Conselho precisa estar unido  
122 a essa Coordenação, na profissionalização consistente e uniforme do adolescente. O CEDCA  
123 tem subsidiado as capacitações e sem esse apoio, as ações não teriam eco. Todas as  
124 Secretarias Estaduais aqui representadas incluíram a Socioeducação no seu rol de  
125 capacitações. Trata-se de um desafio:- os adolescentes paranaenses, até pela falta de uma  
126 melhor estrutura dentro dos municípios, estão voltados para o crime, para a violação de  
127 direitos e acabam dentro do sistema socioeducativo. Esse sistema, todos concordam, é a  
128 instância última, almejada até porque deseja-se evitá-lo a todo custo; no entanto garantiu não  
129 poder aqui chegar frente ao Conselho e evitar dizer que, compromissada com a Política, é  
130 necessário que se tenha uma estrutura melhor em termos físicos, arquitetônicos, de pessoal, de

131 equipamentos, de outros materiais. Só assim, os adolescentes terão disponíveis todos os  
132 instrumentos necessários para enfrentar uma nova forma de vida. Pediu a palavra a  
133 **Conselheira Alexandra (EPESMEL)**, afirmando que o CEDCA não tem deixado de prestar o  
134 devido apoio, porém o que está em debate é justamente um apoio em detrimento de outras  
135 ações importantes também financiadas pelo FIA. Deixou claro que ao ser discutido o Plano de  
136 Ação, verificou-se um aumento significativo de valores em relação a 2012. respondeu a **Dra.**  
137 **Cláudia Foltran**, afirmando que na época foi levantado que o CEDCA determinasse o  
138 percentual que poderia ser voltado para a Sócioeducação. Questionou -se primeiramente qual  
139 seria o impacto financeiro dessa área e esse levantamento foi realizado. Em termos do valor  
140 que na época foi destinado, significou 45% dentro do recurso do Fundo, representado 25%  
141 daquilo que é investido para a Sócioeducação. Assim, 75% do financiamento que essa área  
142 consome em termos de recursos, são do próprio Estado. Foi contatado o Governo Federal que,  
143 na verdade, nunca teve um recorte substancial para oferecer ao Estado. Hoje a Secretaria de  
144 Recursos acena com novas possibilidades. Nesse momento, apresenta-se o que é julgado  
145 necessário. A **Coordenadora Cláudia Foltran** assumiu já ter sido Conselheira e sempre foram  
146 privilegiadas as áreas de risco. Afiançou que se a prevenção funcionar é motivo de alegria, pois  
147 a Sócioeducação não precisará existir. Garantiu não ser do interesse da SEDS ampliar o  
148 número de vagas, é preciso deliberar sim recursos para a prevenção, porém nesse momento, já  
149 existem adolescentes sendo atendidos que não podem ser esquecidos. Alguns questionamentos  
150 sugeriram baseados no fato de que a solicitação anterior foi baseada em valores menores, na  
151 época considerados suficientes. Foi informado pelo **engenheiro Carlos Tourinho** que na sua  
152 última ida a Brasília, foi sinalizado que seria possível esperar um auxílio do Governo Federal.  
153 Dirigiu-se à **Conselheira Ires**, lembrando que era do seu conhecimento o quanto as  
154 instalações de Toledo eram inadequadas. As construções abordadas são necessárias, assim a  
155 parte arquitetônica e pedagógica deverão funcionar bem. Ciente, a **Conselheira Ires** afirmou  
156 não discutir o mérito da questão, concordando com tudo. Esclareceu que o ponto crucial é o  
157 alto valor solicitado ao FIA. Todos sabem porque os adolescentes lá estão, o que é necessário é  
158 investir na **prevenção**, acima de qualquer coisa. Nesse momento, a **Conselheira e técnica**  
159 **Marcela Evangelista** teceu alguns comentários sobre os recursos existentes, suas fontes e  
160 porcentagens. O desfecho dessas reflexões culminou com a fala da **Dra. Cláudia Foltran**,  
161 afirmando que os recursos aplicados nas medidas socioeducativas tem maior retorno do que o  
162 sistema penal. Atualmente a taxa de reincidência é de 23%, sendo que ao assumir a  
163 Coordenação essa mesma taxa estava em 33%. Pois nenhum recurso liberado para o SINASE é  
164 um dinheiro perdido, pois está se tentando prevenir a ocorrência de crimes maiores, esses sim  
165 capazes de destruir vidas. Lembrou a **Coordenadora Cláudia Foltan** que é sua obrigação  
166 lembrar dos adolescentes que lá estão, prevenir que caminhem sem opção permanecendo à  
167 margem da sociedade pois acabarão no sistema penitenciário onde esse sim, tem 63% de  
168 reincidência. Apelou para a compreensão dos Conselheiros, no sentido de que estendessem a  
169 aplicação desses recursos do FIA como um sério investimento e nunca como perda. Ao final da  
170 explanação, a **Presidente Márcia Tavares dos Santos** concitou o plenária colocar a proposta  
171 a em votação:- **“Recursos do FIA da ordem de R\$ 12.800.000,00 (doze milhões e**  
172 **oitocentos mil reais), a serem aplicados na construção das unidades (CENSES) par o**  
173 **município de Pato Branco - Apucarana e Guarapuava - Aprovado com 11 votos a favor**

174 **e 8 contrários.** • **Votos favoráveis (11):** Secretarias de Estado da Saúde, Trabalho e  
175 Economia Solidária (Marli), Casa Civil, Cultura (Luciano), SETU (Alessandra), Ciência,  
176 Tecnologia e Ensino Superior (Ana Cláudia), SEED (Lia), SEPL (Aliaga), SESP (Márcia), SEJU  
177 (Regina), SEDS (Marcela). • **Votos contrários (8):** Associação dos Magistrados e Promotores  
178 de Justiça da Infância, Juventude e Família (Conselheira Édina), Lar Dona Vera (Janaína),  
179 Guarda Mirim de Foz do Iguaçu (Renann), EPESMEL (Alexandra), DORCAS (Ires), Instituto São  
180 José (Nadir), ABEC – Marista (Débora), Hospital Pequeno Príncipe (Ana Paula). A partir daí, a  
181 medida que a técnica da área financeira da SEDS foi apresentando o contido na planilha do  
182 Superávit (FIA), as contribuições por parte dos Conselheiros foram ocorrendo. A **Conselheira**  
183 **Ires** deixou claro ser necessário potencializar as equipes lá na ponta com recursos físicos,  
184 materiais e humanos. (CRAS). A **Conselheira Ana Paula** (Hospital Pequeno Príncipe)  
185 questionou o valor dedicado aos profissionais da psiquiatria, pois um aporte do FIA nessa área  
186 em muito poderia auxiliar no acompanhamento às crianças. Foi informado pela **Conselheira**  
187 **Graça Lima** (SESA) que a área da Saúde possui recursos para capacitação na área da  
188 violência, inclusive no trânsito. Seria cabível uma divisão desses recursos. Já a **Conselheira**  
189 **Regina Bley** (SEJU) considerou que a violência requer uma atenção especializada, investindo  
190 nas equipes que já estão no município. Pensar na humanização nos próprios espaços.  
191 Potencializar os serviços de atendimento já existentes na área foi a sugestão da **Conselheira**  
192 **Ires** (Dorcac – Toledo), sendo seguida pela **Conselheira Janaína** que citou:- o Plano precisa  
193 ser extremamente fortalecido, porque assim estará também fortalecendo a Política. • **Em**  
194 **votação:- 1)-** Plano de enfrentamento à violência – eixo 3 – cia – R\$ 2.000.000,00. **2)-** Plano  
195 Estadual de erradicação do trabalho infantil – R\$ 3.000.000,00 – **Aprovado por unanimidade.**  
196 Nesse momento, os Conselheiros solicitaram que se registrasse em ata: caso seja necessário,  
197 garante-se um aporte maior de recursos com relação à drogadição, pois no momento não se  
198 tem informações concretas sobre as quantias que serão dispendidas. • **Proposta Superávit**  
199 **(colocar)**  
200

**SECRETARIA DE ESTADO DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEDS**  
**FUNDO ESTADUAL PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA**

**AÇÕES**

Equipamentos para sala multiuso	300.000,00
Aquisição e implantação da estrutura da video conferência para o Sistema Sócioeducativo.	5.000.000,00
Construção Unidades (Pato Branco, Guarapuava, Apucarana) 12.800.000,00.	12.800.000,00
Ações intersetoriais de fortalecimento da Rede, que atendam crianças e adolescentes e suas famílias na prevenção e promoção.	4.500.000,00
Criança e adolescente nas Comunidades Indígenas e Quilombolas	3.000.000,00
Plano Estadual de Enfrentamento à Violência - Eixo 3	2.000.000,00

Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil	3.000.000,00
Enfrentamento à drogadição	3.540.000,00
Associação dos Conselheiros Tutelares	348.440,00
Apoio à eventos	1.200.000,00
Bolsas agentes cidadania (Rural)	1.248.000,00
Aquisição de equipamentos, uniformes e reforma da biblioteca para Guarda Mirim Estadual	1.500.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>38.436.440,00</b>
<b>SALDO</b>	<b>12.680.478,48</b>
<b>TOTAL SUPERÁVIT</b>	<b>51.116.918,48</b>

201

202 No que se refere à aquisição de equipamentos, uniformes e reforma da biblioteca para Guarda  
203 Mirim – R\$ 1.500.000,00, colocou-se em apreciação. O Conselheiro Renann pediu a palavra  
204 ressaltando a importância das ações da Guarda Mirim de Curitiba, mas que os conselheiros, ao  
205 votarem, deveriam fazer a ponderação entre os recursos de no máximo 90 mil reais liberados  
206 as entidades que realizam aprendizagem no Paraná através da deliberação 060/2012  
207 CEDCA/PR e esta liberação de recursos de 02 (dois) milhões de reais para a Guarda Mirim de  
208 Curitiba, qual também realiza as mesmas atividades e possui número de atendimentos até  
209 menores que outras entidades. A Presidente Márcia sugeriu então que fosse estabelecido um  
210 valor. A seguir, o conselheiro Renann disse que poderia ser o mesmo repassado as demais  
211 entidades, de no máximo 90 mil reais, já que serão realizadas as mesmas ações, mencionando  
212 que com este recurso, entidades montaram até dois laboratórios de informática e também  
213 formaram turmas. A Conselheira Ires, usando a palavra mencionou que.... (solicitar a Ires as  
214 considerações). Então, a Presidente Márcia sugeriu o valor de R\$ 1.500.000,00. Mais uma vez o  
215 Conselheiro Renann ressaltou aos conselheiros a importância da ponderação nesta votação.  
216 Votação. - **A favor:-** 15 votos, contrários – 04 votos. • **Votos a favor (15) :-** SETS (Marli), Casa  
217 Civil (Jocélia), SEEC (Luciano), SETU (Alessandra), Tecnologia e Ensino Superior (Ana  
218 Cláudia), SEED (Lia), SEPL (Aliaga), SESA (Graça Lima), SESP (Márcia), SEJU (Regina), SEDS  
219 (Marcela), Associação dos Magistrados e Promotores da Infância (Édina), Lar Dona Vera  
220 (Janaína), Hospital Pequeno Príncipe (Ana Paula), ABEC – Marista (Débora). • **Votos**  
221 **contrários (04):-** Guarda Mirim de Foz do Iguaçu (Renann), EPESMEL (Alexandra), Dorcas –  
222 Toledo (Ires), Instituto São José (Nadir). Na sequência, falando com exclusividade, a  
223 **Conselheira Ires** pontuou que, em relação ao Centro de Juventude, seria prioritário fazer uma  
224 análise criteriosa sobre a situação obsoleta em que se encontram os atuais Centros de  
225 Juventude. Não é necessário esperar um ano para realizar um estudo, levar já as ações e  
226 atividades que também outras Secretarias já tem para essa população (indígenas e  
227 quilombolas). Se o Conselho entender que é importante, pode-se ampliar. A propósito, a  
228 **Conselheira Regina Bley (SEJU)** constatou que a discussão é relevante, quando trata de  
229 indígenas e quilombolas. Esclareceu que recentemente foi criado o Conselho Estadual de Povos  
230 Indígenas e Comunidades Tradicionais, sugerindo que o CEDCA poderia deliberar em favor da  
231 criança indígena, com ações prioritárias. Avaliando a sugestão, a **Conselheira Janaína** relatou

232 que por 4 vezes debateu-se essa realidade na Câmara de Políticas Sociais e a SEDS não  
233 participou. Enquanto o Conselho, o assunto deverá passar primeiramente numa Câmara, não  
234 vindo como uma ação da Secretaria. Seguindo, os Conselheiros vieram abordar a construção de  
235 novos Centros da Juventude; entre opiniões favoráveis e divergentes, a Coordenadora Gladys  
236 Tortato apontou que neste ano não será possível partir para novas construções. Deveriam ser  
237 priorizados os municípios que enfrentam maiores questões de violência na área da juventude.  
238 Ressaltou a **Conselheira Ires**:- as Prefeituras estão sem equipes. É temerário construir outros  
239 Centros quando se tem construções mal utilizadas por aí, é preciso, pois, potencializar as ações  
240 de prevenção e de atendimento à criança. O **adolescente Lucas** pediu a palavra, anunciando  
241 que em Nova Esperança, existem equipes trabalhando com jovens nas ruas por falta de espaço.  
242 Lembrou a **Conselheira Regina Bley (SEJU)** que os Prefeitos eram incisivos, na tentativa de  
243 beneficiar o seu município com Centros da Juventude. Quanto ao mau uso ou deficitário, o  
244 CEDCA e o Ministério Público deverão agir. Os que já existem deverão ser cobrados  
245 exemplarmente, mesmo porque assinaram um compromisso. A **Conselheira Nadir** disse ter  
246 usado a expressão elefante branco – mas o plano pedagógico é maravilhoso, porém na verdade  
247 nunca aconteceu. Aprovou-se recursos para prevenção mas considerou só haver uma solução:-  
248 o contra turno. Todos estão sendo omissos em não tomar uma atitude e aí surgem propostas  
249 para construir novos CENSES. Afirmou ter se cansado de votar pelos elefantes brancos e ainda  
250 se propõe construir mais Centros da Juventude. Vencidas as questões, a **Presidente**  
251 **Conselheira Márcia** convocou as Câmaras Temáticas para estarem reunidas no dia seguinte,  
252 às 10:00 horas. Encerrando os trabalhos, formulou agradecimentos pela presença de todos os  
253 Conselheiros. **Encerramento:** A Presidente agradeceu a presença dos Conselheiros e demais  
254 convidados, encerrando a Assembleia Extraordinária. A presente ata foi gravada e redigida por  
255 Regina Amasiles Rodrigues Costa (SEDS), e digitada por Ana Paula Cordeiro Casagrande, sendo  
256 a Secretária Executiva Maria Letícia Zavala Dellê.